



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e**  
**Documentação (FACE)**  
**Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)**

**Valdinéa Maria Macedo Bezerra**

**INCLUSÃO SOCIAL DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS:**  
**Avaliação da efetividade do Projeto APAE/UnB**

**Brasília (DF)**  
**2008**

**Valdinéa Maria Macedo Bezerra**

**Inclusão Social de Portadores de Deficiências: avaliação da  
efetividade do projeto APAE/UnB**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE), da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão Universitária.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Catarina Cecília Odélius

Brasília (DF)  
2008



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e**  
**Documentação (FACE)**  
**Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)**

## **Inclusão Social de Portadores de Deficiências: avaliação da efetividade do projeto APAE/UnB**

**Valdinéa Maria Macedo Bezerra**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE), da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão Universitária.

Banca Examinadora:

---

PROFESSORA DOUTORA CATARINA CECÍLIA ODELIUS  
(ORIENTADORA)

---

PROFESSORA DOUTORA MIRAMAR RAMOS MAIA VARGAS  
(AVALIADORA)

Aos amores da minha vida: *Walter,*  
*Arthur e Laís.*

## **AGRADECIMENTOS**

Foram muitos os que me ajudaram na elaboração deste trabalho. Especialmente, gostaria de agradecer:

A Deus, por todas as graças.

À Universidade de Brasília, pela oportunidade oferecida para participar do Curso.

À Biblioteca da UnB, recanto inigualável de aprendizagem profissional.

Aos colegas da Biblioteca, queridos amigos e profissionais competentes.

À professora Catarina, pela orientação segura e paciente.

À professora Miramar, pela gentileza de aceitar compor a banca.

Aos agentes do Projeto, pela disponibilidade em repassar a história da Parceria e de responder às entrevistas.

Aos profissionais da APAE/DF, pela valiosa contribuição para realização do trabalho.

Aos aprendizes do Projeto, pelos sutis ensinamentos.

## RESUMO

O presente estudo trata da avaliação da efetividade do projeto de qualificação profissional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, desenvolvido em parceria pela Universidade de Brasília (UnB) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Distrito Federal (APAE/DF), sob a ótica dos agentes participantes do Projeto. O trabalho buscou apoio na literatura relacionada ao tema Responsabilidade Social nas Organizações, com enfoque nas ações afirmativas direcionadas à inclusão social de portadores de deficiência intelectual no mercado de trabalho. A pesquisa, classificada como qualitativa, fez uso da avaliação somativa. Aplicada na Biblioteca Central da UnB (BCE/UnB), local onde o Projeto foi conduzido, a pesquisa consistiu inicialmente na aplicação de entrevistas em profundidade. As respostas obtidas foram categorizadas utilizando-se de técnicas de análise de conteúdo. A análise dos resultados constatou que os objetivos pretendidos pelo Projeto foram alcançados.

**Palavras chaves:** Responsabilidade Social – Inclusão Social: portadores de deficiências – Programas Sociais: avaliação.

## SUMÁRIO

Capítulo

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 O Problema da Pesquisa .....	8
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 Objetivo geral .....	9
1.2.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 Justificativas .....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Conceito de Responsabilidade Social.....	11
2.2 A Responsabilidade Social nas Organizações.....	12
2.3 Ações Afirmativas: Inclusão Social de Portadores de Deficiências.....	14
2.4 A Parceria APAE/UnB – Projeto de Higienização, Conservação e Pequenos Reparos de Bens Culturais.....	17
2.5 Avaliação de Programas de Ações de Responsabilidade Social .....	18
3 METODOLOGIA.....	24
3.1 Tipologia da pesquisa .....	24
3.2 Participantes da pesquisa .....	24
3.3 Instrumento da coleta de dados .....	25
3.4 Procedimentos da coleta de dados .....	26
3.5 Tratamento e análise dos dados .....	27
3.6 Limitações do método .....	27
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	29
5 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS .....	40
APÊNDICES .....	43

## 1 INTRODUÇÃO

No mundo atual, em que o tema *responsabilidade social* alcançou um destaque sem precedentes, pode-se afirmar, sem exageros, que nenhuma nação se ergue como potência econômica, política e social, digna de respeito internacional, sem uma política de inclusão que beneficie seu povo.

Neste contexto, as ações afirmativas, entre as quais se insere a política de inclusão, podem ser compreendidas como um instrumento de combate à exclusão, na tentativa de eliminar ou, ao menos, reduzir as desigualdades sociais.

Gomes (2005) assevera que as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, direcionadas ao combate à discriminação, com vistas à concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais.

Assim, as políticas afirmativas não devem se limitar à esfera de atuação do Estado, mas também se estender às universidades, públicas e privadas, bem como às organizações em geral.

Desse modo, a universidade — compreendida como uma instituição que tem a responsabilidade de pensar a sociedade em que está inserida — deve ser capaz de provocar as transformações necessárias em benefício dos indivíduos, especialmente daqueles tidos como excluídos.

Neste contexto, o estudo pretende avaliar a efetividade de um dos projetos (direcionado à qualificação profissional de pessoas com deficiência mental e múltipla) em que a Universidade de Brasília (UnB) — atendendo aos reclamos da responsabilidade social — atua em parceria com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Distrito Federal (APAE/DF).

A metodologia a ser utilizada no presente trabalho está voltada, fundamentalmente, para avaliar a percepção — segundo a visão dos atores que dele participam — a respeito da efetividade do Projeto.

O trabalho é constituído de um capítulo introdutório, no qual se faz uma breve contextualização do assunto objeto da pesquisa, bem como são expostos os objetivos geral e específicos pretendidos. A seguir, no segundo capítulo, se apresenta o referencial teórico do

trabalho, que aborda o tema *responsabilidade social*. O terceiro capítulo, por sua vez, discorre sobre a metodologia empregada no estudo. O quarto capítulo apresenta os resultados obtidos com a pesquisa aplicada, para, em seguida, ainda no mesmo capítulo, promover-se a discussão desses resultados. Por fim, o quinto capítulo traz as principais conclusões a que a pesquisa chegou.

## **1.1 O Problema da Pesquisa**

A presente pesquisa aborda especificamente uma ação de responsabilidade social praticada por uma organização, no caso a Fundação Universidade de Brasília, representada pela Biblioteca Central (BCE) e pelo Centro de Documentação (Cedoc).

Dessa forma, o tema encontra-se delimitado pelo estudo da responsabilidade social praticada por uma instituição de ensino superior, como promotora de um projeto de inclusão social (Projeto APAE/UnB).

Considerando-se a realização do mencionado Projeto e constatando-se a inexistência de um instrumento que permita a avaliação de sua efetividade (grau de atendimento dos objetivos propostos), percebeu-se a necessidade de, por meio da aplicação de uma adequada metodologia de pesquisa, preencher essa lacuna.

Assim, o trabalho está direcionado, em essência, a averiguar se o Projeto APAE/UnB estaria, de fato, favorecendo a inclusão social dos participantes no mercado de trabalho. Para tanto, é preciso que se faça uma análise da efetividade do Projeto. A preocupação que se tem é se o referido Projeto contribui para a inclusão, no mercado de trabalho, dos portadores de deficiência que dele participam, e como decorrência, para melhoria de sua socialização e autonomia.

Desse modo, a principal pergunta da pesquisa poderia ser assim formulada: qual o grau de efetividade alcançado pelo Projeto, segundo a percepção de seus principais agentes? É a essa questão central que a pesquisa procurará dar resposta.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral do estudo consiste em identificar os impactos e resultados do Projeto APAE/UnB junto ao seu público-alvo.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

De modo a alcançar o objetivo geral pretendido, foram delineados os seguintes objetivos específicos para a pesquisa:

- a) identificar o impacto do Projeto a partir da percepção de familiares, coordenadores e instrutores da comunidade assistida; e
- b) comparar os resultados alcançados com os objetivos propostos pelas instituições promotoras.

## **1.3 Justificativas**

O tema *responsabilidade social* vem sendo atualmente muito discutido no setor público e nas organizações em geral, conforme pode ser constatado pelo grande número de publicações de artigos científicos acerca do assunto. Essa prática é comum nas organizações que se preocupam em contribuir para o desenvolvimento da sociedade, atendendo aos anseios de seus acionistas, empregados, comunidades e governo. Segundo Ashley et al. (2004), esse é, em essência, o comportamento que traduz o conceito de empresa socialmente responsável.

Em relação à universidade brasileira, pública ou privada, a situação não deve ser diferente. Cabe também às universidades participar da prática da responsabilidade social. Como instituição voltada para a formação do indivíduo, não deve ficar alheia aos problemas sociais que a cercam.

Pimentel e Pereira (2004) defendem que a universidade deve implementar canais de relacionamento com os diversos segmentos sociais e, assim, assumir uma posição proativa, implementando ações afirmativas em benefício da sociedade, tais como a promoção e o

incentivo de programas voltados para uma parcela de indivíduos socialmente excluídos do contexto universitário.

Portanto, a justificativa do presente trabalho reside no reconhecimento da importância de ações de responsabilidade social para a inclusão social. No caso, buscou-se estudar o Projeto “Higienização, Conservação e Pequenos Reparos de Bens Culturais”, voltado para a qualificação profissional de pessoas com deficiência mental e múltipla, desenvolvido por meio de parceria entre a APAE/DF e a UnB.

Mais objetivamente, o estudo justifica-se pela tentativa de avaliar um projeto de significativa importância para UnB no campo da responsabilidade social, suprindo uma lacuna existente, isto é, identificando os resultados do Projeto (segundo a ótica dos agentes neles envolvidos) e os comparando com os objetivos propostos pelas instituições promotoras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, faz-se uma breve revisão da literatura relacionada ao tema, especialmente quanto: ao conceito de responsabilidade social e a sua aplicação nas organizações, às principais ações afirmativas (abordagens) adotadas nas organizações e, por fim, à forma de responsabilidade social diretamente relacionada ao objeto desta pesquisa, qual seja, a inclusão social de portadores de deficiências no mercado de trabalho.

### 2.1 Conceito de Responsabilidade Social

O estudo da responsabilidade social nas organizações de ensino superior — tema a ser desenvolvido neste trabalho — exige a prévia compreensão do seu conceito e de suas abordagens.

De acordo com Araújo (2006), as transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas refletem inevitavelmente sobre o mundo do trabalho, gerando discussões acerca da hegemonia do Estado e, neste âmbito, sobre o papel que as organizações podem e devem desempenhar. Assim, segundo a autora, o tema *responsabilidade social* ganha relevo, sendo atualmente um dos principais tópicos discutidos nas empresas, sobretudo naquelas organizações que se preocupam em contribuir para o desenvolvimento da sociedade, comportamento que revela a empresa socialmente responsável.

Desde logo, deve-se assinalar que não há uma única forma de ser politicamente responsável. Podem ser citados como exemplos de responsabilidade social, entre outras, as ações sociais, as ações afirmativas, os sistemas de cotas e as políticas de inclusão social. Como decorrência, são inúmeras as abordagens sobre responsabilidade social e seu entendimento é bastante amplo, uma vez que se trata de um conceito em construção, conforme afirma Srour (1998 apud MACÊDO, 2006).

Há na literatura diferentes entendimentos sobre a expressão responsabilidade social. Ashley et al. (2004) afirmam que para alguns autores o termo representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal, enquanto que para outros significa padrões de comportamento que se impõem às empresas. Comentam ainda os autores que, de acordo com

a abordagem utilizada, o termo pode ser compreendido como prática social, papel social ou função social.

O termo responsabilidade social é definido no dicionário de Ciências Sociais de Biroui (1976 apud ASHLEY et al., 2004, p. 6) como sendo a “responsabilidade daquele que é chamado a responder pelos seus atos face à sociedade ou à opinião pública... na medida em que tais atos assumam dimensões ou conseqüências sociais.”

Para Ashley et al. (2004, p. 6):

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela. [...] Assim, numa visão expandida, responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

De acordo com Lourenço e Schoder (2003 apud ARAÚJO, 2006), o termo responsabilidade social encerra sempre a idéia de prestação de contas, de alguém que deve justificar a própria atuação perante outrem.

A propósito dessa indefinição conceitual, Votaw (1973 apud DUARTE; DIAS, 1986, p. 55) observa:

O termo responsabilidade social é um termo brilhante. Ele significa algo, mas nem sempre a mesma coisa, para todos. Para alguns, ele representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comportamento responsável no sentido ético; para outros ainda, o significado transmitido é o de responsável por, num modo causal. Muitos simplesmente equiparam-no a uma contribuição caridosa; outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente [...].

A partir desse breve revisão bibliográfica, verifica-se que o termo *responsabilidade social* enseja várias interpretações, não possuindo um conceito suficientemente consolidado na literatura científica.

## **2.2 A Responsabilidade Social nas Organizações**

Pode-se afirmar que a responsabilidade social das empresas originou-se, em parte, da diminuição do papel do Estado direcionado à promoção do bem-estar social. Tal fato

decorreu, sobretudo, da escassez de recursos financeiros, ocasionando um baixo atendimento das demandas da sociedade por suas necessidades básicas.

A partir dessa realidade, a busca de alternativas tornou-se imperativa. As empresas — que sempre foram guiados apenas pelos interesses de mercado — passaram a assumir um papel complementar à atuação do Estado, engajando-se em causas sociais. Esse aspecto mereceu a seguinte observação de Schoroeder e Schoroeder (2004, p. 6):

O avanço do poder das empresas na sociedade abarca além de suas responsabilidades tradicionais, como fornecedora de bens e serviços, outra responsabilidade bem mais ampla, a do bem-estar social do homem, afirmando-se como propagadora e garantidora do bem-comum.

Vassalo (2002 apud SCHOROEDER; SCHOROEDER, 2004, p. 5) corrobora esse entendimento ao afirmar que “as ações de responsabilidade social estabelecem de maneira obsessiva uma transformação no modo das empresas conduzirem seus negócios”, ou seja, as empresas deixam de atuar apenas nas funções tradicionais de prestadora e fornecedora de bens e serviços e passam a assumir responsabilidades mais amplas, como as voltadas para o bem-estar social do indivíduo. Em resumo: a empresa assume um papel antes desempenhado por outros atores sociais.

Nessa linha de pensamento, Ashley et al. (2004) afirma que hoje, no Brasil e no mundo, há uma crescente preocupação com a responsabilidade social corporativa, tanto no dia-a-dia das organizações quanto no que se refere à produção de trabalhos acadêmicos.

Tendo-se presente que o tema responsabilidade social está sendo debatido em todos os níveis da sociedade, o assunto não poderia passar ao largo das organizações do setor público. Nesse contexto é que o presente estudo pretende abordar a atuação das instituições de ensino superior nessa área.

Realmente, a universidade, compreendida como uma instituição que pensa a sociedade, deve desempenhar ações que provoquem transformações estruturais em benefício dos indivíduos coletivamente considerados.

Burgardt (2006) pondera que apesar de as organizações empresariais terem primeiramente debatido e posto em prática esse conceito em suas corporações, a universidade também deve inserir o tema na sua pauta de trabalho, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Não é sem razão que Pimentel e Pereira (2004, p. 10), com fundamento em Marcovitch (1998), afirmam que “a universidade [...] precisa encontrar a forma certa de se relacionar com a sociedade e a sociedade deve saber como solicitar a colaboração da universidade”.

Ainda de acordo com os mencionados autores,

A missão acadêmica não se limita a formar bons profissionais, mas há uma expectativa de que a universidade seja o grande instrumento de coesão social, dotando os indivíduos da consciência de sua responsabilidade, com capacidade e liberdade para defender o bem da sociedade e do próprio ser humano. Além disso, que ela cumpra seu papel também por meio das áreas dedicadas à criação de competências e apóie propostas que beneficiem os trabalhadores e os estratos desvalidos da sociedade. (PIMENTEL; PEREIRA, 2004, p. 9).

Do exposto, é possível depreender que, na esteira das transformações ocorridas no papel desempenhado pelas empresas, também cabe às universidades promoverem uma forte cooperação com a sociedade para que a sua missão acadêmica seja plenamente alcançada.

### **2.3 Ações Afirmativas: Inclusão Social de Portadores de Deficiências**

As ações afirmativas, na visão de Gomes (2006), podem ser definidas como políticas públicas e privadas voltadas para a concretização do princípio constitucional da igualdade material, bem como para a neutralização dos efeitos das diversas formas de discriminação racial. Desta forma, para o autor, as ações afirmativas objetivam a efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.

Segundo esse mesmo autor, coube a Rocha (1985) trazer à comunidade acadêmica uma das mais precisas noções acerca de ações afirmativas:

A definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como uma forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos encravados na cultura dominante na sociedade [...]. A ação afirmativa é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitos as minorias. (Rocha apud GOMES, 2006, p. 6).

De acordo com o entendimento de Ferreira (1993 apud PIMENTEL; PEREIRA, 2004, p. 3), as relações sociais vivenciadas pelos seres humanos passam por um contínuo

processo de desenvolvimento, sem perder de vista a preocupação em manter os direitos e os deveres de cada um, de maneira justa.

Segundo Ribeiro (2006, p. 16) a promoção da cidadania é uma ação que supõe, em cada pessoa, a percepção da dignidade da vida humana, da sua própria vida e da vida do outro. Acrescenta que, nas sociedades modernas, “cada pessoa convive diariamente com um número enorme de pessoas estranhas a ela [...], mas o reconhecimento do outro e de si próprio como cidadão implica ‘apenas’ a produção de valores tais como respeito e tolerância, capazes de produzir laços sociais”.

Na publicação “Eliminando barreiras: construindo ponte”, encontra-se uma apropriada abordagem acerca do tema em discussão:

Quanto maior a convivência, sem discriminações, maior a inclusão. Através do relacionamento entre os indivíduos diferentes entre si, previsto na sociedade inclusiva, é que se constrói e se fortalece a cidadania. A inclusão, então, nunca poderá ser vista como um favor, de colocar ‘para dentro’ da sociedade quem está ‘fora’, mas como uma troca. Todos saem ganhando, pela convivência entre as diferenças e a transformação da sociedade em busca da realização de todos. Mas, para que a inclusão seja realidade, é preciso que a sociedade se modifique, eliminando barreiras impostas às minorias, principalmente, pelo preconceito. (SENAC, 2004, p. 18).

Vive-se, atualmente, em um momento histórico peculiar, no qual há amplas possibilidades de convivência e aceitação das diferenças individuais. Neste contexto, Oliveira, Araújo e Romagnoli (2006, p. 81) entendem que “a condição pós-moderna cria possibilidades de inclusão dos excluídos e [...] as políticas contemporâneas sugerem a prática da inclusão social”. Os autores contrapõem essa visão atual afirmando, com base em Harvey (1989), que “a suposta coerência anterior da modernidade, ao rejeitar o que parecia ‘fragmentário, descontínuo ou caótico’, também favorecia, sem questionamentos, um vasto sistema de exclusões sociais”.

Corroborado o pensamento de Harvey, Pessoti (1984 apud OLIVEIRA; ARAÚJO; ROMAGNOLI, 2006, p. 80) apresenta um exemplo concreto do sistema de exclusão, ao afirmar que:

as crianças portadoras de deficiências físicas e mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia.

Com base no contexto acima comentado, pode-se perceber que o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência é um fenômeno recente que decorreu de amplo processo de evolução da sociedade: os portadores de deficiências, hoje, são reconhecidos como pessoas e como cidadãos com direitos e deveres.

Nesta linha de pensamento, se tem, atualmente, como uma realidade presente, o direito de inclusão dos chamados “excluídos” no mercado de trabalho. É exatamente o que afirma Costa:

A inclusão de pessoas com deficiência mental no mercado de trabalho deixou de ser discutida apenas pelas entidades assistenciais. O assunto vem se tornando freqüente, aos poucos, fazendo parte de discussões de programas de políticas públicas do governo, empresas e entidades de qualificação profissional. (COSTA, 2005, p. 1).

De fato, existem, no país, diversas iniciativas voltadas para qualificação profissional de deficientes mentais. Podem ser mencionadas, entre outras, o Programa Primeiro Emprego (que dá prioridade, em seus cursos de qualificação profissional para o mercado de trabalho, a pessoas com deficiências); o Programa Deficiência e Competência, Oficinas Inclusivas, criado pelo Senac (presente nas principais discussões sobre inclusão de pessoas com deficiência em todo Brasil); o trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (que mantém um programa em parceria com empresas, em que estas fornecem demandas de trabalho para que o público-alvo aprenda na prática); e a iniciativa da APAE do Distrito Federal (que mantém parceria com a Fundação Universidade de Brasília, com vistas à qualificação profissional de seu público-meta).

É exatamente com o intuito de promover as competências das pessoas com deficiências — visando sua autonomia, segurança e dignidade para o exercício da cidadania, especialmente a inclusão no mercado de trabalho — que projetos como os anteriormente mencionados são desenvolvidos por empresas do setor público e privado.

É em razão do implemento dessas ações afirmativas que as esferas pública e privada e as organizações em geral podem ser consideradas socialmente responsáveis.

Nesse contexto, o Estado e a sociedade civil podem desempenhar um importante papel na resolução das dificuldades enfrentadas pelos excluídos, por meio da adoção de ações afirmativas em favor das minorias, como sustentam Souza e Reis (1997, p. 11):

(...) a construção de espaços de inclusão por meio da afirmação de identidade das mulheres, dos negros, daqueles que sofrem discriminação étnica e dos portadores de necessidades especiais passa não só pelo fortalecimento desses grupos e pela atuação cidadã na luta pela melhoria das condições de vida no mercado de trabalho, mas,

sobretudo pela formulação de políticas afirmativas que trabalhe outras instâncias no sentido de criar uma mentalidade que considere como prioritário o reconhecimento do outro.

#### **2.4 A Parceria APAE/UnB – Projeto de Higienização, Conservação e Pequenos Reparos de Bens Culturais**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (APAE/DF) e a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) implementaram, em parceria, o Projeto de Higienização, Conservação e Pequenos Reparos de Bens Culturais, destinado, num primeiro momento, ao treinamento de profissionais da APAE e, posteriormente, à qualificação profissional de pessoas portadoras de deficiência mental e múltipla, assistidas pela APAE.

O convênio firmado entre a UnB e a APAE/DF, com vigência de dois anos, prevê a realização de cursos, com aulas teóricas e práticas. O início de suas atividades ocorreu em agosto de 2006, utilizando-se da infra-estrutura existente na BCE/UnB, especialmente de quatro técnicos em conservação e restauração, acrescida da participação de quatro profissionais de ensino especial e de dezesseis aprendizes da APAE.

O projeto de qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho e inclusão social foi inspirado em metodologia desenvolvida pela APAE/Niterói, no final da década de 1980, contando com experiência considerada bem sucedida no Rio de Janeiro. O Projeto se fundamenta, portanto, na integração e na inserção social de pessoas com deficiência mental e múltipla, por meio da qualificação profissional, configurando-se, assim, a inclusão social pelo trabalho.

O convênio entre a APAE/DF e a BCE/UnB constitui-se na primeira parceria com uma biblioteca de instituição federal de ensino superior no País. Com o intuito de promover a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual, por meio da educação profissional, o Projeto de Higienização, Conservação e Pequenos Reparos de Bens Culturais tem como objetivo geral qualificar profissionais de ensino especial e aprendizes com deficiência mental para a futura formação de equipe móvel de prestação de serviços nas áreas de higienização, conservação e pequenos reparos de bens culturais (livros e documentos).

Os objetivos específicos do Projeto, por sua vez, são: a) qualificar mão-de-obra especializada na área de higienização, conservação e auxiliar de restauração; b) preparar o

aprendiz para o mundo do trabalho, por meio de treinamento em serviço; c) propiciar experiências que levem o aprendiz a adquirir atitudes e hábitos de trabalho em equipe e conhecimento de seus direitos e deveres de cidadãos; e d) viabilizar novas alternativas de geração de trabalho, emprego e renda para pessoas com deficiência mental e múltipla.

A justificativa do Projeto decorre fundamentalmente de dois fatores: a) a demanda por serviços de higienização, conservação e pequenos reparos de bens culturais que existe no Distrito Federal; e b) a oportunidade de nova alternativa de trabalho e renda para pessoas com deficiência intelectual.

Como resultado dessa parceria inédita, UnB/APAE, o Projeto já possibilitou a formação, num curso que teve duração de um ano e dois meses, de dezesseis aprendizes aptos a atuar em bibliotecas e arquivos. Esses novos profissionais, no momento, estão aguardando a inserção no mercado de trabalho na modalidade Emprego Competitivo Apoiado, isto é, “quando o aprendiz, ou grupo deles, é inserido no trabalho com apoio de um instrutor especializado que faz o assessoramento constante das atividades” (APAE – DF, 2008).

## **2.5 Avaliação de Programas de Ações de Responsabilidade Social**

Em artigo voltado para a análise da conexão entre avaliação de programas e processo de aprendizagem organizacional no setor público, Calmon (1999, p. 8-9) discorre sobre a evolução dos estudos acerca da avaliação de programas.

A mencionada autora inicia por afirmar que “a avaliação de programas surgiu, de forma sistemática, a partir da aplicação de métodos de pesquisa científica aos problemas sociais.” Os trabalhos iniciais ocorreram em período anterior à Primeira Guerra Mundial. Nessa ocasião, os primeiros programas que se procurou avaliar foram os de alfabetização e treinamento profissionalizante e os de redução da mortalidade causada por doenças infecciosas. Na década de 1930, o escopo foi ampliado, tanto por meio de novas técnicas de pesquisa quanto pelo alargamento dos estudos para novas áreas de programas sociais.

Em continuação, Calmon afirma que, no final dos anos 1950, a avaliação de programas teve novo impulso, sobretudo com a incorporação de modelos de análise quantitativa mais elaborados, tais como o aperfeiçoamento de técnicas de pesquisa e o desenvolvimento de métodos computacionais.

Na seqüência, a autora destaca que a década de 1960 assistiu ao *boom* da avaliação de programas que, por um lado, acarretou a sofisticação conceitual e metodológica da avaliação e, por outro, a crescente produção de trabalhos científicos sobre o tema. O grande interesse pela avaliação de programas estendeu-se às duas décadas seguintes.

Em relação à década de 1990, Calmon afirma que (1999, p. 9):

a avaliação de programas continua a desempenhar papel importante, e alguns fatores contribuem para aumentar ainda mais a demanda por avaliação. Em primeiro lugar, a escassez de recursos decorrente das crises fiscal e econômica, que assolam a maioria dos países, torna evidente a necessidade de que prioridades sejam estabelecidas e que apenas os programas considerados mais importantes sejam contemplados. Paralelamente, para que determinados programas sejam mantidos, demanda-se que sejam eficazes e eficientes. E a crescente participação da sociedade, dos grupos políticos, organizações e associações nas discussões sobre a destinação de recursos públicos aumenta a pressão por resultados, transparência, racionalidade decisória e eficiência alocativa.

Discorrendo sobre a avaliação de programas públicos, com ênfase para a metodologia de avaliação de programas sociais, Costa e Castanhar (2003) defendem — como consequência do agravamento da crise fiscal e da escassez de recursos públicos — a imperiosa necessidade de avaliação de programas públicos.

Para os mencionados autores, a importância dessa avaliação também decorreria de uma maior preocupação por resultados e, ainda, pela busca de conhecimento da eficácia dos programas desenvolvidos por organizações socialmente responsáveis. Nesse contexto, afirmam Costa e Castanhar (2003, p. 971) que:

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz.

Costa e Castanhar (2003) também consideram que as dificuldades e os riscos inerentes ao processo de avaliação não devem se constituir em obstáculo para as tentativas de se aplicar, de forma sistemática, metodologias voltadas para a avaliação de programas sociais: as dificuldades conceituais e operacionais devem ser superadas por meio do aprendizado com experiências práticas, como é a pretensão do presente estudo.

Nessa mesma área — avaliação de políticas públicas e programas de governo — Cavalcanti (2006, p. 1) desenvolveu pesquisa exploratória, na qual procurou “transformar um

grande volume de informações primárias em um sintético volume de informações relevantes, visando à construção de um referencial teórico objetivo e claro”.

Com base na abordagem desenvolvida pela mencionada autora, se destaca, a seguir — em razão da sua utilização no presente trabalho —, dois tipos de avaliação, quais sejam: a) avaliação formativa ou de processo, focada na gestão e no funcionamento do programa; e b) avaliação *ex-post* ou somativa, focada nos resultados.

Em relação à avaliação formativa ou de processo, a autora entende:

[...] este tipo de avaliação não se preocupa com a efetividade do programa, pois focaliza seus processos e mecanismos de execução. Sua função maior é a de observar em que medida o programa está sendo implementado como planejado. Preocupa-se em responder, entre outras, as seguintes indagações: a) A população-alvo está sendo atendida, conforme as metas? b) O cronograma está sendo cumprido? c) Os recursos estão sendo alocados com eficiência? (CAVALCANTI, 2006, p. 7)

Quanto à avaliação *ex-post* ou somativa — foco do presente estudo —, Cavalcanti (2006) assevera que o seu objetivo principal consiste em “analisar a efetividade de um programa, compreendendo em que medida o mesmo atingiu os resultados esperados”. Na seqüência, a autora menciona algumas indagações, que considera essenciais:

a) que tipos de serviços ou benefícios os beneficiários do programa estão recebendo? b) em que medida os serviços ou benefícios realmente recebidos pelos beneficiários do programa estão de acordo com as intenções originais dos formuladores? c) os beneficiários estão satisfeitos com os resultados atingidos pelo programa? d) os resultados atingidos são compatíveis com os resultados esperados? e) como e porque os programas implementados geram resultados não esperados? (CAVALCANTI, 2006, p. 6)

Em complemento, Cavalcanti destaca os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, considerados como de grande importância para a compreensão do processo de avaliação de políticas públicas na área social, uma vez que buscam traduzir a avaliação do desenvolvimento e da execução da política pública globalmente considerada:

A eficiência de uma política pública refere-se à otimização dos recursos utilizados, ou seja, o melhor resultado possível com os recursos disponíveis.

[...]

A eficácia de uma política pública está relacionada aos resultados que o programa produz sobre a sua população beneficiária (efeitos) e sobre o conjunto da população e do meio ambiente (impactos). (CAVALCANTI, 2006, p. 9-10)

Por fim, citando Belloni, Magalhães e Sousa (2001), a autora (p. 10) considera que a efetividade é conceito que “revela em que medida a correspondência entre os objetivos traçados em um programa e seus resultados foram atingidos”.

Carvalho (2003), em artigo sobre a avaliação de programas sociais, traz, ainda que brevemente, algumas considerações acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a atividade de avaliação de programas.

Partindo da premissa de que a avaliação de políticas públicas, tais como os programas sociais desenvolvidos pelo setor público, tem por objetivo, entre outros, ajustar ou validar os objetivos do programa, adequar os meios utilizados aos fins inicialmente propostos e identificar os efeitos das ações nas condições de vida dos beneficiários diretos e indiretos, Carvalho (2003, p. 186) afirma que, em razão desses objetivos, “a avaliação distingue-se nas modalidades avaliação de processo e avaliação de impacto, estruturadas, em geral, em metodologias de análise comparada entre o ‘antes’ e o ‘depois’, entre o ‘proposto’ e o ‘realizado’ e entre ‘meios’ e ‘fins’”.

Destaca-se, a seguir, a conceituação que Carvalho (2003, p. 186) adota para essas duas modalidades de avaliação:

*A avaliação de processo* visa acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implantação dos programas e políticas e diferencia-se em avaliação de eficácia e de eficiência. O objeto central dessa modalidade é avaliar a adequação dos meios e recursos utilizados perante os resultados parciais ou finais, referenciados aos objetivos e metas propostos pela política ou programa [...].

*A avaliação de impacto* é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social. Dois pressupostos orientam a avaliação de impacto. O primeiro reconhece propósitos de mudança social na política em análise e, neste caso, faz sentido estruturar a investigação para mensurar seus impactos. O segundo pressuposto é o que estrutura a análise com base em uma relação causal entre a política ou programa e a mudança social provocada [...]. Contudo, para se analisar o impacto dessas mudanças, é preciso estabelecer a relação causa-efeito entre estas e a ação pública [...]. Em suma, não basta constatar a ocorrência da mudança; é preciso provar que foi causada pelo programa.

Com base nesses pressupostos, Carvalho (2003) assegura que a avaliação é um instrumento de análise que permite medir tanto a eficiência e a eficácia, ou seja, o processo do programa, quanto a efetividade, isto é, os impactos das ações promovidas pelo programa. Segunda a autora, todos esses aspectos devem direcionar-se a responder “a pergunta básica de toda pesquisa de avaliação: a política ou programa social sob observação foi um sucesso ou um fracasso?”

Em texto intitulado “Avaliação de projetos como instrumento de gestão”, Reis (1999), louvando-se nas diferentes abordagens que o tema avaliação de projetos comporta, inicia por afirmar a grande extensão desse tipo de estudo, sobretudo quando se trata de projetos sociais. A autora afirma que, a partir do julgamento, próprio da atividade avaliativa, é que são tomadas decisões voltadas para a continuidade, alterações ou mesmo a extinção de projetos e programas.

Lembrando que a avaliação pode ser entendida como um instrumento gerencial, Reis (1999, p. 1) assevera que:

O melhor sentido da avaliação é que seja utilizada como meio de melhorar os projetos existentes, aprimorar o conhecimento sobre sua execução e contribuir para seu planejamento futuro, tendo como pano de fundo sua contribuição aos objetivos institucionais. Neste sentido, é um exercício permanente e, acima de tudo, comprometido com as repercussões de um projeto ao longo de sua realização.

Ao discorrer sobre a escolha de instrumentos de avaliação, Reis (1999) enfatiza que “além de servirem como registro das conclusões a que a organização chegou sobre um projeto num dado momento, podem ser utilizados para que esta informação seja socializada junto a outras áreas da organização, parceiros e públicos direta ou indiretamente envolvidos”.

Entre os muitos estudos e pesquisas que abordam a avaliação de programas de ações de responsabilidade social, podem ser mencionados os seguintes casos:

a) O projeto de inclusão social desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos e a Biblioteca de Manguinhos no Rio de Janeiro, relatado por Saraiva et al. (2006). O estudo demonstra a experiência vivenciada por pessoas portadoras de necessidades especiais (surdez) ao trabalharem em uma biblioteca especializada, objetivando a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho;

b) O estudo elaborado por Simões et al. (2003) referente à parceria firmada entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais. O trabalho consistiu na prestação de serviços e no desenvolvimento de ações contínuas de identificação, capacitação e inserção de profissionais portadores de deficiência no mercado de trabalho;

c) O programa de apoio a gestantes desenvolvido pela instituição filantrópica Casa Transitória Fabiano de Cristo (CTFC), responsável pelas ações sociais da Federação Espírita do Estado de São Paulo (FEESP), descrito por Borba et al. (2004). Esse projeto teve

por objetivo destacar os princípios orientadores do caráter participativo e inclusivo do processo avaliativo e pretendeu fornecer à entidade filantrópica técnicas para o aprimoramento do processo avaliativo de programas por ela desenvolvidos.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipologia da pesquisa**

De acordo com a taxonomia proposta por Vergara (1998), a presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos meios de investigação, como:

a) bibliográfica — tendo em vista que buscou apoio em material publicado em livros, revistas especializadas, teses, dissertações e rede eletrônica, que deram fundamento à parte teórica e metodológica do estudo;

b) documental — uma vez que se utilizou de documentos oficiais existentes na UnB/BCE, contendo informações referentes à criação, condução e acompanhamento do Projeto objeto do estudo; e

c) de campo — em virtude da aplicação de entrevista no local onde o Projeto está sendo desenvolvido, obtendo-se os dados diretamente junto às instituições promotoras do Projeto.

Pode-se, ainda, considerar que a pesquisa constituiu um estudo de caso, uma vez que se circunscreveu a analisar a percepção dos agentes envolvidos no Projeto em relação aos resultados obtidos por um grupo específico de aprendizes concluintes da primeira turma do curso de qualificação profissional.

#### **3.2 Participantes da pesquisa**

Optou-se por entrevistar grupos específicos de participantes do Projeto por se considerar que esses indivíduos — diante da posição que ocupam em termos de conhecimento do Projeto, bem como pela facilidade de localização e contato — poderiam fornecer, de forma mais apropriada, as informações necessárias ao alcance dos objetivos almejados pela pesquisa. Essa estratégia é perfeitamente aceita em trabalhos científicos (especialmente nos que lidam com pesquisa qualitativa), configurando-se na chamada amostra de conveniência ou intencional.

Esse método de seleção dos sujeitos da pesquisa é assim descrito por Thiollent (1988, p. 62):

Na prática da pesquisa social, a representatividade dos grupos investigados se dá por critérios quantitativos (amostragem estatisticamente controlada) e por critérios qualitativos (interpretativa ou argumentativamente controlados). Mesmo em pesquisa convencional, ao planejarem amostras de pessoas a serem entrevistadas com alguma profundidade, os pesquisadores costumam recorrer às chamadas *amostras intencionais*. Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto.

Desse modo, foram intencionalmente selecionadas as pessoas que mais detinham conhecimento acerca do Projeto APAE/UnB. Ao menos em tese, esses entrevistados poderiam fornecer contribuições mais relevantes para a pesquisa. Assim, levando-se em conta que o número de participantes diretos do Projeto APAE/UnB é reduzido (cerca de 25 integrantes), bem como a situação peculiar dos alunos (deficiência intelectual), a pesquisa foi realizada por meio da aplicação de entrevistas em profundidade, técnica pela qual o pesquisador não se utiliza de um questionário estruturado, mas sim de um roteiro com tópicos a serem abordados com vistas a obter informações que contribuam para a investigação (VEIGA; GONDIM, 2001, p.5). A entrevista incluiu dois gestores, um coordenador, quatro instrutores e dois familiares dos aprendizes, totalizando nove entrevistados.

### **3.3 Instrumento da coleta de dados**

Os dados do trabalho, no que se refere à pesquisa de campo, foram obtidos por meio da aplicação de entrevista em profundidade, direcionada a avaliar a percepção dos agentes do projeto quanto ao grau de alcance dos objetivos propostos. A elaboração do roteiro da entrevista, constituído de questões abertas, se deu em fase posterior à pesquisa bibliográfica e documental (subsídio teórico), bem como por meio de contato direto, sobretudo com os gestores, coordenadores e instrutores participantes do Projeto (subsídio prático).

Vê-se, assim, que o roteiro da entrevista em profundidade (Apêndice A) somente foi concluído após prévio contato da pesquisadora com representantes de cada grupo de atores do Projeto (entrevistas informais), de modo a identificar o que deveria ser objeto de pesquisa, ou seja, quais seriam as questões mais relevantes para atender aos objetivos pretendidos pelo estudo.

É de se observar, ainda, que a elaboração do roteiro da entrevista pautou-se por um aspecto fundamental: construção de quesitos que permitissem identificar os impactos do

Projeto a partir da percepção dos agentes que nele atuaram, principalmente em termos das mudanças ocorridas no grupo de aprendizes após a realização do curso de qualificação profissional. Desse modo, poder-se-ia avaliar o grau de efetividade alcançado pelo Projeto.

No capítulo seguinte — que apresenta e discute os resultados obtidos após a aplicação da entrevista —, serão apresentadas as categorias e os indicadores que resultaram da aplicação dessa metodologia.

### **3.4 Procedimentos da coleta de dados**

Além das informações obtidas em documentos relativos ao Projeto, os demais dados da pesquisa foram coletados mediante a aplicação de entrevistas em profundidade, diretamente pela pesquisadora, junto aos principais agentes do Projeto em estudo. A aplicação das entrevistas, realizada no período de maio a junho de 2008, ocorreu de forma individualizada, em local e hora previamente acordados com os entrevistados.

O instrumento de pesquisa procurou contemplar questões que permitissem captar a percepção dos participantes do Projeto acerca de sua efetividade, caracterizando-se, assim, como uma pesquisa qualitativa direcionada a realizar uma avaliação do tipo *ex-post* ou somativa, uma vez que orientada para os resultados.

Vê-se, assim, que a principal estratégia da pesquisa, voltada ao alcance do seu objetivo geral — avaliar os reais resultados do Projeto APAE/UnB junto a seus beneficiários, permitindo, em função da análise dos dados obtidos, a oferta de subsídios para o aperfeiçoamento do Projeto —, constituiu-se, como visto anteriormente, na construção do roteiro da entrevista em profundidade e na sua aplicação.

Para a definição das questões que seriam pesquisadas, o estudo considerou como mais relevantes aquelas que permitissem verificar a efetividade do Projeto no que tange: a) ao curso propriamente dito (oficina de qualificação); b) aos resultados por ele alcançados; e c) à inserção dos aprendizes no mercado de trabalho. Considerou-se que essas seriam as dimensões abrangidas pelo instrumento de pesquisa. Como se vê, o marco metodológico foi construído a partir do objetivo pretendido pela pesquisa.

### 3.5 Tratamento e análise dos dados

O tratamento das informações se deu por meio de categorização das respostas oferecidas pelos entrevistados. Para esse propósito, utilizou-se de técnicas de análise de conteúdo, por meio do critério de categorização que, segundo Franco (2003, p. 51) consiste em “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”.

Conforme visto na seção anterior, as dimensões, definidas *a priori*, consistiram nos principais aspectos que seriam objeto de avaliação, ou seja: a) ao curso propriamente dito (oficina de qualificação); b) aos resultados por ele alcançados; e c) à inserção dos aprendizes no mercado de trabalho. Essas dimensões foram fixadas com base em informações contidas em documentos relativos ao Projeto, bem como por meio de entrevistas informais, previamente realizadas pela pesquisadora, com representantes de cada grupo de atores do Projeto.

Para cada uma das três dimensões acima referidas, procurou-se, a partir das respostas obtidas, categorizá-las de tal modo que fossem suficientes para permitir a aferição daquelas dimensões. Para tanto, as respostas foram agrupadas por categorias temáticas, isto é, respostas separadas por temas que, em seu conjunto, fossem capazes de demonstrar o sucesso ou insucesso de cada uma das dimensões anteriormente definidas (categorias comuns de respostas).

Com base na categorização acima descrita é que se procedeu à análise dos dados. Dessa forma, os resultados puderam receber tratamento metodológico consistente na análise das entrevistas, permitindo a sua interpretação, conforme se verá no capítulo seguinte.

### 3.6 Limitações do método

O método utilizado no presente estudo tem por objetivo, como já afirmado, identificar os impactos e resultados do Projeto APAE/UnB junto ao seu público-alvo. No entanto, não se teve a intenção, com a aplicação do modelo, de abranger todos os aspectos do Projeto, ainda que suas dimensões, pela natureza mesma de seus objetivos, não possam ser

consideradas extensas. É que qualquer esforço de avaliação, diante da complexa realidade social, sempre valoriza determinados aspectos em detrimento de outros. Apesar das limitações, acredita-se na utilidade do estudo avaliativo em razão da possibilidade de fornecer subsídios para o aprimoramento do Projeto.

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta o resultado da aplicação da metodologia que redundou, inicialmente, na realização da entrevista (instrumento que, em última análise, permitiu a avaliação do Projeto APAE/UnB, objetivo primordial do presente trabalho) e, na seqüência, discute os resultados obtidos a partir das respostas às questões formuladas.

Inicia-se, portanto, por apresentar os resultados obtidos com a aplicação da entrevista em profundidade, cujo roteiro, contendo doze questões abertas, consta do Apêndice A. O desenvolvimento desta parte do trabalho está fortemente apoiado nos ensinamentos práticos propostos por Franco (2003, cap. 6 e 7). No entanto, diante das especificidades do Projeto em análise — projeto experimental/piloto, características peculiares dos alunos, modicidade dos recursos financeiros, pequeno número de instrutores e de aprendizes —, algumas adaptações precisaram ser feitas, procedimento não incomum em se tratando de pesquisa qualitativa. A esse propósito, Franco (2003, p. 52) assevera:

A criação das categorias de análise exige grande dose de esforço por parte do pesquisador. Não existem “fórmulas mágicas” que possam orientá-lo, nem é aconselhável o estabelecimento de passos apressados ou muito rígidos. Em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado em seus conhecimentos e guiado por sua competência, sensibilidade e intuição.

Preliminarmente, é importante registrar que o primeiro curso ministrado contou com a participação de dezesseis aprendizes, sendo que todos eles lograram aprovação e foram considerados certificados. O curso foi ministrado por quatro instrutores anteriormente treinados por técnicos da área de conservação e restauração da UnB.

Conforme visto no capítulo 3 (Metodologia), mais especificamente nas seções 3 (instrumento da coleta de dados) e 4 (procedimentos da coleta de dados), a aplicação da entrevista teve por propósito avaliar a percepção dos agentes envolvidos com o Projeto quanto ao alcance dos objetivos propostos.

Para tanto, a entrevista foi montada de tal forma que contivesse as questões necessárias para que, a partir das respostas obtidas, fosse possível avaliar o impacto do Projeto, sempre a partir da percepção dos agentes que nele atuaram. Para cumprir esse objetivo, o estudo considerou que as seguintes dimensões seriam aquelas necessárias e suficientes — pelo menos até o grau julgado adequado — para o alcance do objetivo: a) curso

propriamente dito; b) resultados por ele alcançados; e c) inserção dos aprendizes no mercado de trabalho.

De forma objetiva, pode-se afirmar que os resultados da pesquisa, colhidos com a aplicação das entrevistas, referem-se às competências que foram adquiridas pelos aprendizes após a realização do curso de qualificação profissional.

Assim, é preciso que se discorra, inicialmente, sobre o tratamento dado às respostas obtidas, listadas no apêndice B. O primeiro passo após a aplicação das entrevistas consistiu na categorização dessas respostas. Nesse ponto, é importante deixar assentado que o roteiro da entrevista, como o próprio nome indica, não se configurou em uma camisa-de-força, ao contrário, foi elaborado em forma de perguntas abertas, permitindo aos entrevistados que expusessem, com alguma liberdade, os aspectos do Projeto que viam como mais importantes.

Vê-se, assim, que a categorização foi realizada diretamente a partir do leque de respostas obtidas com as entrevistas. Um ponto ou outro que se afastasse da finalidade ou dos objetivos pretendidos pelo Projeto foram abandonados, seja na transcrição das respostas (pontos totalmente alheios aos fins visados pelo Projeto), seja na fase de categorização (respostas destoantes da finalidade do curso).

Como a categorização exige a classificação com base em analogias, algumas vezes pode transparecer que as assertivas dos respondentes são distintas, não cabendo numa mesma categoria. Por exemplo, a resposta "Os aprendizes se ajudam, cooperam entre si" foi categorizada como "Aquisição de atitudes e hábitos de trabalho em equipe", mesma categoria da resposta "Antes eles não trabalhavam em equipe, hoje são organizados". Reconhece-se que esse procedimento contém alguns traços de subjetivismo, mas é aceitável em pesquisas qualitativas, vez que não traz perdas significativas para a análise.

Desse modo, o trabalho de categorização das respostas deu-se em função da similitude dos depoimentos e afirmações externados pelos respondentes, considerando que um mesmo aspecto da realidade pode ser externado de várias maneiras diferentes. De acordo com Bardin (apud FRANCO, 2003), esse critério é denominado semântico, vez que agrupa na mesma categoria temas com a mesma significação.

Considerando que o roteiro da entrevista foi elaborado de modo a permitir a análise do impacto do Projeto, o primeiro passo consistiu em proceder-se a determinação de quais questões estariam vinculadas às dimensões previamente definidas. Nessa primeira abordagem, chegou-se ao seguinte resultado:

Dimensão 1: questões relacionadas ao curso propriamente dito:

Questão 5: Como os aprendizes vivenciaram o trabalho em equipe? Houve evolução no decorrer do curso?

Questão 7: Qual a sua opinião quanto ao grau de entrosamento (relacionamento, adaptação, aceitação) entre os servidores da BCE e os aprendizes?

Questão 10: Você julga necessário que o desenho do curso sofra alguma mudança? Qual (is)? (número de instrutores e aprendizes, estrutura, equipamentos, tempo, disciplinas, etc.). Por quê?

Questão 12: Que competências foram desenvolvidas no decorrer do curso (autonomia, segurança, dignidade)?

Dimensão 2: questões relacionadas aos resultados obtidos:

Questão 1: Na sua opinião, o projeto alcançou o seu principal objetivo (qualificação profissional)? Apoiado em que você afirma isso?

Questão 2: Você considera que os aprendizes estão habilitados para elaborar as tarefas ministradas no curso?

Questão 3: Que mudanças podem ser observadas nos aprendizes após a participação e a conclusão do curso? (atitudes e hábitos, motivação, comportamento social, etc.).

Questão 4: De acordo com a sua visão, que diferença o curso fez na vida de cada um dos participantes?

Questão 8: Houve ganhos para a BCE? E para a APAE? Você poderia informar quais?

Questão 11: O curso contribuiu para a inclusão do aprendiz na sociedade? Como?

Dimensão 3: questões relacionadas à inserção no mercado de trabalho:

Questão 6: Na sua opinião, os aprendizes estão preparados para inclusão no mercado de trabalho?

Questão 9: Qual a perspectiva de trabalho para os formados da primeira turma?

A partir desse tratamento inicial, passou-se a trabalhar com as respostas oferecidas pelos entrevistados (Apêndice B). Nesse momento, é que as categorias foram construídas, de forma *a posteriori*, portanto. É o que se mostrará, a seguir:

Tabela 1

Dimensão 1: questões relacionadas ao curso propriamente dito

CATEGORIAS	nº	%
<p>AQUISIÇÃO DE ATITUDES E HÁBITOS DE TRABALHO EM EQUIPE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepção em termos de evolução no trabalho em equipe</li> <li>• Resposta positiva ao trabalho em grupo</li> <li>• Os aprendizes se ajudam, cooperam entre si</li> <li>• Antes eles não trabalhavam em equipe, hoje são organizados</li> <li>• A atividade requer o trabalho em equipe e, hoje, vejo que eles respondem bem</li> <li>• Antes eram individualistas, agora se ajudam</li> </ul>	9	100
<p>RELACIONAMENTO POSITIVO ENTRE OS SERVIDORES E OS APRENDIZES</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Houve realmente um entrosamento, uma integração com os servidores</li> <li>• Os aprendizes foram aceitos como membros da BCE</li> <li>• Não percebi qualquer discriminação</li> </ul>	6	67
<p>INADEQUAÇÃO DO LOCAL DO PROJETO/CURSO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Local com pouca ventilação</li> <li>• Espaço reduzido</li> <li>• O espaço necessita de ampliação, inclusive para comportar equipamentos (computadores e impressora)</li> <li>• Cadeiras inadequadas</li> </ul>	9	100

Obs.: porcentagens calculados com base no número de entrevistados

Todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que os aprendizes evoluíram positivamente no que se refere à aquisição de atitudes favoráveis ao trabalho em equipe, embora os depoimentos tenham se distinguido em relação aos aspectos dessa evolução (maior cooperação, avanço na organização, convívio social e responsabilidade).

No que diz respeito ao relacionamento entre os servidores da BCE e os aprendizes, observado durante a realização do treinamento — aspecto que revela o grau de socialização adquirido em um ambiente de trabalho —, a Tabela 1 indica que 67% dos entrevistados realçaram aspectos positivos, conforme pode ser visto nos indicadores listados. No entanto, três entrevistados (33%) fizeram ressalvas, todas elas referentes ao tratamento dado aos aprendizes na fase inicial do Projeto, revelando que eles eram vistos como “coitadinhos”, ocorrendo um certo estranhamento na aceitação deles como deficientes intelectuais, o que demonstra, pelo menos nesse primeiro momento, um desconhecimento de como lidar com pessoas especiais. Esses mesmos entrevistados, porém, reconheceram que ocorreu um avanço no transcorrer do curso.

Um aspecto do Projeto foi claramente apontado como inadequado pela totalidade dos entrevistados: o espaço físico onde as atividades foram e continuarão a ser desenvolvidas. Alguns dos entrevistados chegaram a afirmar que, pela importância do Projeto, os alunos mereciam uma maior atenção quanto a este aspecto, ou seja, um espaço de trabalho mais adequado. Ainda em relação à estrutura do curso, um dos entrevistados destacou que a ampliação do espaço físico permitiria a aquisição de equipamentos (computadores e impressora), evitando que os instrutores se deslocassem da oficina de trabalho.

Em adição, a entrevista também quis saber acerca das competências que foram desenvolvidas no decorrer do curso, tais como autonomia, segurança e dignidade (questão 12). Foram mencionadas, por diferentes entrevistados, diversas competências que teriam sido incrementadas em razão do treinamento, dentre elas podem ser destacadas as seguintes: segurança (quatro referências), independência e responsabilidade (duas referências), melhor comunicação e autonomia (uma referência).

Por fim, o curso, considerado em si mesmo, configura-se como uma dimensão de especial relevância para o Projeto como um todo, pois constitui uma parte essencial para a capacitação e futura inserção dos qualificados no mercado de trabalho. Da análise conjunta das categorias acima descritas, pode-se constatar, que foram inúmeros os aspectos positivos ressaltados pelos agentes que vivenciaram o treinamento, podendo se destacar o desenvolvimento de hábitos de trabalho em equipe e aquisições de competências que os habilitam a melhor exercer a profissão recém-adquirida. Como aspecto negativo, destaca-se a inadequação do local onde as atividades são desenvolvidas, ponto que está a merecer uma maior atenção por partes dos gestores das instituições envolvidas.

Tabela 2

Dimensão 2: questões relacionadas aos resultados obtidos

CATEGORIAS	nº	%
<b>AQUISIÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAIS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A qualificação foi adquirida, estão preparados para o trabalho</li> <li>• Eles fazem um trabalho de profissional</li> <li>• Executam bem as tarefas e com boa produtividade (higienização de livros da BCE)</li> <li>• O fato do recebimento de propostas de trabalho demonstra que os aprendizes foram bem preparados</li> </ul>	9	100
<b>MUDANÇAS OCORRIDAS COM O TREINAMENTO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se adaptaram bem ao ambiente</li> <li>• Ficaram mais independentes e mais motivados</li> <li>• Mais seguros para andar sozinhos, inclusive para o restaurante universitário</li> <li>• Felizes por freqüentarem um novo ambiente</li> <li>• Estão integrados, antes eram mais retraídos</li> <li>• Eles ganharam auto-estima e auto-confiança</li> <li>• Adquiriram disciplina para seguir as normas e rotinas de trabalho</li> </ul>	9	100
<b>INCLUSÃO SOCIAL</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Eles freqüentam a biblioteca (sala de exposição, sala de pesquisa, multimídias), como qualquer outro aluno da Universidade</li> <li>• Eles estão ansiosos para trabalhar</li> <li>• Alguns adquiriram independência para andar de ônibus</li> <li>• Aprimoraram habilidades comportamentais (“obrigado”, “por favor”, “com licença”)</li> </ul>	9	100

Obs.: porcentagens calculados com base no número de entrevistados

Embora mencionando diferentes aspectos, percebe-se, da análise da Tabela 2, que todos os entrevistados afirmaram que o curso permitiu aos treinandos a qualificação profissional e a habilitação necessárias ao desempenho da atividade laboral.

Quanto às mudanças positivas ocorridas com os treinandos, comparando-se a situação anterior e posterior à participação no Projeto, pode-se verificar, consultando-se a Tabela 2, que os agentes participantes do Projeto apontaram, todos eles, pelo menos uma mudança significativa, seja em relação a atitude e hábitos, seja em relação ao comportamento social e à motivação. Desta forma, vê-se, com clareza, que o curso fez diferença na vida dos treinandos. Entre os muitos depoimentos que confirmam essa assertiva, a seguinte afirmação demonstra que, de fato, ocorreu a inclusão social: “Percebo que eles estão muito contentes, inclusive alguns se consideram alunos da UnB”. Já em termos de impacto proporcionado pelo Projeto, registra-se o seguinte declaração em relação aos aprendizes: “Estão mais contentes e os familiares também, inclusive as famílias dão depoimentos dessas mudanças”. Declarações como essas demonstram a efetividade do Projeto, vez que causou impacto na vida das pessoas.

A questão nº 11 do roteiro de entrevista objetivava aferir o modo como o Projeto contribuiu para a inclusão do aprendiz na sociedade. As respostas obtidas apontam no sentido de que, realmente, o treinamento ministrado e o convívio dos treinandos com uma nova realidade os capacitou, em boa medida, para vida em sociedade. Todos os entrevistados, destacando situações distintas, confirmaram o aprimoramento dessa capacidade.

Com a qualificação e a habilitação profissionais, com as mudanças ocorridas após o treinamento e com os depoimentos de que houve a inclusão social, é possível concluir que os resultados do Projeto foram amplamente positivos.

Tabela 3

Dimensão 3 – questões relacionadas à inserção no mercado de trabalho

CATEGORIAS	nº	%
<p>PREPARADOS PARA O TRABALHO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acredito que estão totalmente preparados</li> <li>• O orador da turma afirmou que estão preparados para o trabalho e que querem emprego</li> <li>• Estão ansiosos pelo primeiro emprego</li> <li>• Estão conscientes do compromisso profissional</li> </ul>	8	80
<p>PREPARADOS, DESDE QUE TUTELADOS/ACOMPANHADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estão preparados, desde que com acompanhamento necessário, considerando as suas limitações</li> <li>• Cumprem o horário, se comportam como empregados e são comprometidos, mas precisam ser tutelados</li> </ul>	2	20

Obs.: porcentagens calculados com base no número de respostas

Conforme se verifica na Tabela 3, 80% das respostas relacionadas à inserção no mercado trabalho concentram-se na categoria “Preparados para o trabalho”, o que indica a alta incidência de respostas nesse sentido. Apenas 20% das respostas fizeram ressalvas quanto à plena capacidade dos formandos para atuarem no mercado, apontando a necessidade de apoio por ocasião do exercício das atividades profissionais.

É relevante registrar também que todos os entrevistados, ainda no que se refere à inserção no mercado de trabalho (objetivo do curso), foram unânimes em lembrar que há perspectivas concretas de trabalho, alguns chegaram a citar a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, como prováveis órgãos empregadores.

Pode-se afirmar, com base nos percentuais mencionados, que a percepção dos entrevistados permite que se conclua que os ex-aprendizes encontram-se preparados para o exercício da profissão adquirida. Deve-se ressaltar que é característica do próprio Projeto a necessidade de que esses profissionais exerçam a atividade de modo apoiado, ou seja, um profissional da APAE os assistindo no local de trabalho.

A análise conjunta das três dimensões, com suas respectivas categorias e indicadores, permite concluir, segundo a percepção dos principais agentes envolvidos diretamente com o Projeto, que a parceria APAE/UnB foi efetiva, no que concerne ao alcance dos objetivos delineados.

Por fim, para demonstrar que o Projeto foi bem sucedido e que repercutiu positivamente, basta mencionar o seguinte depoimento de um dos entrevistados: “com a divulgação do trabalho de inclusão, a Imprensa Nacional e o Arquivo Nacional já demonstraram interesse nesse Projeto, também querem realizar um nesses mesmos moldes”.

## 5 CONCLUSÃO

Tendo por objetivo avaliar a efetividade do projeto de qualificação profissional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, desenvolvido em parceria pela Universidade de Brasília (UnB) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Distrito Federal (APAE-DF), o presente trabalho, inicialmente, buscou apoio na literatura relacionada ao tema, percorrendo, no capítulo atinente ao referencial teórico, acerca da Responsabilidade Social nas Organizações, especialmente quanto ao seu conceito e a sua aplicabilidade nas organizações. Adicionalmente, fez-se uma abordagem sobre ações afirmativas, destacando, ao final, a modalidade de responsabilidade social mais diretamente relacionada ao objeto do estudo, ou seja: a inclusão social de portadores de deficiências no mercado de trabalho.

O método de pesquisa adotado optou por entrevistar grupos específicos de participantes do Projeto, sob o pressuposto de que esses indivíduos forneceriam, de forma mais realista, as informações necessárias à avaliação da efetividade do Projeto. Por meio da aplicação de entrevistas em profundidade, foram obtidos os dados imprescindíveis à avaliação do impacto e dos resultados do Projeto, objetivo principal do trabalho.

As informações coletadas com a aplicação das entrevistas forneceram os subsídios necessários para a categorização das respostas, utilizando-se de técnicas de análise de conteúdo. Essa etapa do trabalho, consta do capítulo que apresentou e discutiu os resultados obtidos com a pesquisa.

Conforme visto no mencionado capítulo, a análise foi favorável à constatação de que os objetivos pretendidos pelo Projeto APAE/UnB foram alcançados. De fato, a técnica de análise de conteúdo utilizada na pesquisa, fundada nas respostas dos agentes que vivenciaram e vivenciam de perto o Projeto, permite afirmar que o seu objetivo geral — qualificar aprendizes com deficiência mental para a futura formação de equipe móvel de prestação de serviços nas áreas de higienização, conservação e pequenos reparos de bens culturais (livros e documentos) — foi atingido.

O alcance do objetivo pretendido pelo Projeto possui uma particular relevância, uma vez que ocasionou mudanças concretas na vida dos aprendizes e até mesmo na de seus familiares. Ainda em relação às mudanças ocorridas com cada um dos participantes, é interessante mencionar que todos os agentes envolvidos com o Projeto foram capazes de observar essas mudanças.

Deve-se destacar, no entanto, que em estudos direcionados a captar aspectos da realidade social, os métodos de pesquisa utilizados, por melhor que sejam desenhados, quase nunca conseguem captar a inteireza do objeto pesquisado, daí decorrendo algumas limitações.

Por fim, de modo a dar continuidade à presente pesquisa, sugere-se que, em outro momento, o trabalho seja continuado, em termos de validação do Projeto, fornecendo aos gestores elementos para tomada de decisões, no que se refere a sua manutenção e continuidade.

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. A. et al. (Coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2004. 205 p.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DISTRITO FEDERAL. *Inclusão social se faz com trabalho: programas, serviços e projetos*. Brasília: APAE, 2008. (folheto)

ARAÚJO, M. R. M. de. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 2, p. 417-426, maio/ago. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000200021&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722006000200021&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 22/01/08.

BORBA, P. da R. F. *Monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais: desenvolvimento de um plano de avaliação*. VII Semead. São Paulo: FEA/USP, 2004. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/terceiro%20setor/ts03\\_monitoramento\\_e\\_avaliao%E7%E3o\\_de\\_proj\\_sociais.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/7semead/paginas/artigos%20recebidos/terceiro%20setor/ts03_monitoramento_e_avaliao%E7%E3o_de_proj_sociais.pdf). Acesso em: 23/05/08

BURGARDT, L. *Gestão com responsabilidade social*. Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=10375>. Acesso em 12/01/08

CALMON, K. M. N. A avaliação de programas e a dinâmica da aprendizagem organizacional. *Planejamento e Políticas Públicas*. n. 19, jun. 1999. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp19/Parte\\_1.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp19/Parte_1.pdf). Acesso em: 20/01/08

CARVALHO, S. N. de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva*, n.17, v.3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000300019&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392003000300019&script=sci_arttext&tlng=en). Acesso em: 20/01/08.

CAVALCANTI, M. M. de A. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. *Revista Interfaces de Saberes*. V. 6, n. 1, 2006. Disponível em: <http://interfacesdesaberes.fafica.com/seer/ojs/viewissue.php?id=1>. Acesso em: 03/03/08

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. v. 37, n. 5, p. 969-92, set./out. 2003.

COSTA, R. *Universidade e responsabilidade social*. 2005. Disponível em: <http://aol.universiabrasil.net/materia/materia.jsp?materia=4468>. Acesso em: 15/01/08.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. A. M. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro: LTC, 1986. 139 p.

FRANCO, M. L. P. B. *Análise de Conteúdo*. Brasília: Plano Editora, 2003. cap. 6 e 7.

GOMES, J. B. B. *O debate constitucional sobre as ações afirmativas*. 2003. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0049.pdf>. Acesso em 04/02/08.

MACÊDO, L. F. *Responsabilidade social: a atuação de uma organização pública junto aos seus fornecedores*. Brasília, 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, J. M. de; ARAÚJO, J. N. G. de; ROMAGNOLI, R. C. Dificuldades relativas à inclusão social das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on line*, v. 6, n. 1, p. 77-89, maio/2006. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org/?s=89>. Acesso em: 19/01/08.

PIMENTEL, F.; PEREIRA, F. dos S. *A responsabilidade social das instituições de ensino superior públicas com relação à exclusão social: uma reflexão sobre a reserva de cotas para a matrícula de indivíduos afro-descendentes*. 2004. Disponível em: [http://www.cad.ufsc.br/revista/11/Revista%2011%20-%204%20-%20RCAD%2007%202003\(site\).pdf](http://www.cad.ufsc.br/revista/11/Revista%2011%20-%204%20-%20RCAD%2007%202003(site).pdf). Acesso em: 08/01/08

REIS, L. G. da C.. *Avaliação de projetos como instrumento de gestão*. 1999. Disponível em: <http://www.distrito4600.org.br/UNITAU/prof%20edna/Aval%20projetos%20intrumento%20gestao.pdf>. Acesso em: 20/05/08

RIBEIRO, A. M. M. Condição humana, condição cidadã: um ensaio sobre a dignidade da política e os desafios do novo estado democrático. *Ciências Sociais* (Unisinos), v.42, n. 7, p. 12-18, jan./abril 2006.

SARAIVA, A. dos R. et al. *Transformação social, inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais: um estudo de caso com surdos na Biblioteca de Manguinhos no Rio de Janeiro*. 2006. Disponível em: [http://www.erebd.ced.ufsc.br/portal/Textos\\_Anais/trasformacao\\_social\\_incluso\\_pessoa\\_portadora\\_necessidades\\_especiais.doc](http://www.erebd.ced.ufsc.br/portal/Textos_Anais/trasformacao_social_incluso_pessoa_portadora_necessidades_especiais.doc). Acesso em: 12/05/08

SIMÕES, F. S. et al. (Org.). *Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de prestação trabalho a partir da prestação de serviços ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo*. 2006. Disponível em: [http://www.premiomariocovas.sp.gov.br/pesquisa2006/Atendimento%20ao%20Cidadao/AT\\_250.DOC](http://www.premiomariocovas.sp.gov.br/pesquisa2006/Atendimento%20ao%20Cidadao/AT_250.DOC). Acesso em: 30/01/08.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. *RAE-eletrônica*, v. 3, n. 1, jan./jun.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n1/v3n1a01.pdf>. Acesso em: 03/12/07

SENAC (Rio de Janeiro). *Eliminando barreiras, construindo pontes: programa deficiência e competência - primeiros resultados*. Rio de Janeiro: 2004. 51 p.

SOUZA, V. de; REIS, A. *A construção da identidade nas relações de trabalho*. In: XXIX EnANPAD 2005, Brasília. Anais do XXIX EnANPAD 2005. São Paulo: ANPAD, 2005. v. 1

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1998.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião pública* (Campinas), v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VERGARA, S. C.. *Tipos de pesquisa em administração*. Documento de Trabalho n. 78, PUC/RJ – Departamento de Administração, 1990.

## APÊNDICES

### Apêndice A

#### Roteiro para a Entrevista em Profundidade

1. Na sua opinião, o projeto alcançou o seu principal objetivo (qualificação profissional)? Apoiado em que você afirma isso?
2. Você considera que os aprendizes estão habilitados para elaborar as tarefas ministradas no curso?
3. Que mudanças podem ser observadas nos aprendizes após a participação e a conclusão do curso? (atitudes e hábitos, motivação, comportamento social, etc.).
4. De acordo com a sua visão, que diferença o curso fez na vida de cada um dos participantes?
5. Como os aprendizes vivenciaram o trabalho em equipe? Houve evolução no decorrer do curso?
6. Na sua opinião, os aprendizes estão preparados para inclusão no mercado de trabalho?
7. Qual a sua opinião quanto ao grau de entrosamento (relacionamento, adaptação, aceitação) entre os servidores da BCE e os aprendizes?
8. Houve ganhos para a BCE? E para a APAE? Você poderia informar quais?
9. Qual a perspectiva de trabalho para os formados da primeira turma?
10. Você julga necessário que o desenho do curso sofra alguma mudança? Qual (is)? (número de instrutores e aprendizes, estrutura, equipamentos, tempo, disciplinas, etc.). Por quê?
11. O curso contribuiu para a inclusão do aprendiz na sociedade? Como?
12. Que competências foram desenvolvidas durante o curso (autonomia, segurança, dignidade, etc.)?

## **Apêndice B**

### **Respostas às Entrevistas**

#### Entrevistado 1

Questão 1: Alcançou o objetivo. Pela qualidade do serviço feito pelos aprendizes e pelas propostas de contrato de trabalho.

Questão 2: Considera que estão plenamente qualificados.

Questão 3: Se adaptaram bem ao ambiente, houve uma interação muito grande com os servidores da BCE. Percebe-se que eles estão contentes em participarem do curso e em ter uma profissão.

Questão 4: Ficaram mais independentes.

Questão 5: Embora não tenha trabalhado diretamente como os aprendizes, pude perceber que houve evolução em termos de trabalho em equipe.

Questão 6: Acredito que eles estão totalmente preparados para exercer a profissão adquirida.

Questão 7: Houve realmente um entrosamento, uma integração com os servidores. E foi muito boa a aceitação dos servidores para com os aprendizes.

Questão 8: Houve ganho para BCE na higienização do acervo e na convivência dos servidores com pessoas diferentes. Em relação à APAE não tenho maiores informações.

Questão 9: Soube que já existe promessa de contrato de trabalho.

Questão 10: Em relação à estrutura do curso, observo que o laboratório (oficina de trabalho) onde são realizados os trabalhos e o próprio curso é um local sem muita ventilação e tanto apertado. Penso que os alunos merecem mais uma atenção, um espaço de trabalho mais adequado.

Questão 11: Sim, tanto que eles estão ansiosos para trabalhar.

Questão 12: As competências mencionadas foram todos desenvolvidas. Os próprios aprendizes estão se sentindo mais seguros e capazes.

## Entrevistado 2

Questão 1: Sim, a Câmara dos Deputados e a Imprensa Nacional já entraram em contato para contratar os serviços dos aprendizes formados na primeira turma.

Questão 2: Sim, desde que tutelados.

Questão 3: A interação com o pessoal da BCE, mais autonomia e independência para sair, inclusive para o RU. Percebo que eles estão muito contentes, inclusive alguns se consideram alunos da UnB.

Questão 4: O fato de sair do ambiente da APAE, deixaram eles mais emancipados. Antes, muitos deles não andavam sozinhos. Na UnB é um ambiente mais aberto, um ambiente novo. Houve uma progressão nesse aspecto.

Questão 5: Vejo que eles levam a sério o trabalho e que houve evoluíram bastante.

Questão 6: Sim, considerando que no curso eles cumprem o horário, se comportam como empregados e são comprometidos, acredito que estão preparados para o trabalho.

Questão 7: Excelente o grau de entrosamento, houve total integração com os servidores.

Questão 8: Para a BCE o maior ganho foi aprender a conviver com as diferenças. Creio que para a APAE foi a boa oportunidade de desenvolver a qualificação profissional para seus assistidos.

Questão 9: O contrato com a Câmara dos Deputados e Imprensa Nacional.

Questão 10: Um espaço mais adequado e com melhor estrutura e que se constitua numa oficina permanente, inclusive com a contratação de alguns aprendizes para ajudar no repasse para outros que venham a participar do projeto.

Questão 11: Sim, só o fato de eles andarem pelo campus, frequentarem o RU, na minha opinião já constitui uma inclusão social.

Questão 12: Estão mais comunicativos e independentes.

## Entrevistado 3

Questão 1: Sim. O curso cria uma situação especial por estar fora do ambiente da Apae. A convivência e o ambiente de aprendizagem é muito positivo. Desde que monitorados, considera que estejam qualificados profissionalmente.

Questão 2: Desde que monitorados por instrutores.

Questão 3: Na conduta, estão mais integrados, mais soltos. Percebo que os aprendizes estão felizes.

Questão 4: A independência para andar só, o convívio com pessoas fora do ambiente da Apae, o que considera conquistas pessoais (maior autonomia).

Questão 5: Percebo que, motivados pelo ambiente, respondem de forma positiva ao trabalho em grupo, com bom aproveitamento.

Questão 6: Alguns mais ou menos, considerando as suas limitações, mas acredito que com o acompanhamento necessário, eles estão preparados.

Questão 7: Considero perfeito, total entrosamento.

Questão 8: Do ponto de vista da inclusão social foi um ganho muito grande para a BCE. Para a Apae não tenho condição de responder.

Questão 9: Soube que existe a possibilidade de aproveitamento de alguns alunos (os mais autônomos) para trabalhos de conservação de documentos.

Questão 10: Melhor ambiente de trabalho, ser mais dinâmico e ter um entrosamento com a Faculdade de Educação.

Questão 11: Acredito que sim.

Questão 12: Pelo que observo, eles tiveram um bom aprendizado e, portanto, estão sentindo-se confiantes.

## Entrevistado 4

Questão 1: Sim. Com fundamento no trabalho que os aprendizes realizam no acervo da BCE e pelas propostas de contrato por instituições do governo.

Questão 2: Considera que estão habilitados para trabalhar monitorados, alguns até sozinhos.

Questão 3: No início eles eram mais retraídos; com o curso, tiveram oportunidade de conviver com o público externo à Apae e à BCE; organização no trabalho; disciplina (horário de lanche, de almoço). Estão felizes e se sentem preparados para o trabalho.

Questão 4: Eles ganharam auto-estima, auto-confiança.

Questão 5: Considera que houve evolução, sim.

Questão 6: Sim. No discurso da formatura, o orador falou que todos estavam preparados para o trabalho e que queriam emprego.

Questão 7: Houve entrosamento total, e ocorreu de forma natural, foram aceitos como membros da BCE.

Questão 8: O ganho para a BCE resultou na oportunidade de conviver com as diferenças e na projeção, via mídia televisada, que destacou a importância do Projeto. Para a Apae, o principal ganho consistiu na aceitação dos aprendizes como membros da BCE e da UnB, usufruindo de suas dependências (na BCE), como alunos.

Questão 9: Estão aguardando contrato de serviço com a Câmara dos Deputados.

Questão 10: Considero que se fosse dividido em pequenos grupos o aprendizado seria melhor. Um espaço melhor para as atividades (mais ventilado).

Questão 11: Sim, eles freqüentam a biblioteca, sala de exposição, sala de pesquisa, como qualquer outro aluno da Universidade.

Questão 12: Observo que, após o treinamento, eles se sentem como qualquer outro cidadão. Estão mais seguros e confiantes.

## Entrevistado 5

Questão 1: Sim. Eles estão não só qualificados, mas também certificados. Apoiado no trabalho diário que eles fazem na biblioteca.

Questão 2: Sim, estão. A qualificação foi adquirida.

Questão 3: Mudanças positivas (aquisição) em termos de autonomia, capacidade de trabalho, responsabilidade, disciplina para seguir as normas e rotinas de trabalho.

Questão 4: A consciência para o trabalho, a convivência interpessoal e até mesmo as atitudes melhoraram.

Questão 5: Vivenciaram de uma forma positiva, eles se ajudam, cooperam entre si. Houve sim, bastante.

Questão 6: Sim, inclusive estão ansiosos pelo primeiro emprego.

Questão 7: Agora acho que está melhor; no início, eles eram tratados como “coitadinhos”, mas com o passar do tempo, estão mudando a visão, talvez até porque não tinham conhecimento de como lidar com as pessoas diferentes.

Questão 8: O ganho para BCE consistiu na oportunidade que os servidores tiveram de conviver com os diferentes (quebra de conceitos). Para a APAE, a oportunidade de qualificar os seus assistidos, em um ambiente que proporciona a inclusão.

Questão 9: Estão aguardando contrato da Câmara Federal e do Senado.

Questão 10: A estrutura do ambiente físico deve ser melhorada. Pouco ventilação, espaço reduzido.

Questão 11: Sim, o fato de eles estarem fora do ambiente da APAE, almoçarem no RU junto com os estudantes e a independência que adquiriram de andar de transporte coletivo.

Questão 12: A proposta pedagógica não é só a prática de higienização de livros, o curso também inclui o ensino de leis, de direitos e deveres, higiene no trabalho, até o código de sinais é ensinado. Ou seja, o curso também pretende formar o indivíduo.

## Entrevistado 6

Questão 1: Sim, eles foram qualificados. Eles fazem um trabalho de profissional.

Questão 2: Sim, estão totalmente habilitados.

Questão 3: Felizes pelo diploma, conscientes do trabalho que irão fazer e querendo muito o primeiro emprego.

Questão 4: Estão mais contentes e os familiares também, inclusive as famílias dão depoimentos dessas mudanças.

Questão 5: Vivenciaram muito bem. Sim, houve evolução.

Questão 6: Sim, eles saem como higienizadores. Eles estão conscientes do compromisso profissional.

Questão 7: O entrosamento foi bom, embora, no início, tenha ocorrido um pouco de estranhamento, depois superado.

Questão 8: Sim, acho que os servidores tiveram um ganho em conviver com os aprendizes da APAE. Para a APAE, a divulgação do trabalho social e o fato de que a comunidade universitária tenha tido o conhecimento do trabalho real, prático, que a APAE desenvolve.

Questão 9: Estamos aguardando a assinatura dos contratos com a Câmara e o Senado.

Questão 10: Na estrutura, melhorar o espaço físico (ampliação), até para que se possa comportar equipamentos (computadores, impressoras, etc.). Hoje, os professores precisam se deslocar para outro setor da BCE.

Questão 11: Sim, pois adquiriram a responsabilidade e o compromisso com o trabalho; adquiriram também habilidades comportamentais, por exemplo, de como se dirigir às pessoas (obrigado, por favor, com licença, etc.).

Questão 12: O curso deu a eles mais confiança, autonomia e independência.

## Entrevistado 7

Questão 1: Sim, alcançou. Eles estão desempenhando bem os trabalhos que fazem e com boa produtividade (eles higienizam bastante livros do acervo).

Questão 2: Com certeza, o que pode ser visto pelo trabalho que realizam.

Questão 3: Observo uma mudança significativa no comportamento deles. A organização no ambiente de trabalho, a disciplina para cumprir as rotinas e a maneira de se comportarem com as pessoas.

Questão 4: O fato de conviverem em outro ambiente, com pessoas diferentes de seu convívio.

Questão 5: Creio que sim. Esse pessoal não faziam trabalho de grupo antes e hoje vejo tão organizados!

Questão 6: Sim, eles estão bem preparados.

Questão 7: Considero um excelente entrosamento, nunca percebi nenhuma discriminação.

Questão 8: Houve um ganho social muito grande para a BCE. A convivência com os aprendizes da APAE, está sendo uma oportunidade muito boa para todos que trabalham aqui, aprendendo a conviver com o outro sem discriminação. Também a BCE está ganhando com o trabalho que está sendo realizado, a higienização dos livros. A APAE ganha com a oportunidade de profissionalização de seus alunos em uma área que tem oportunidade de emprego.

Questão 9: A oportunidade de serem contratados pela Câmara.

Questão 10: Pela importância do projeto, merece um local melhor de trabalho.

Questão 11: Com certeza, eles estão capacitados para o trabalho em qualquer organização, considero isso inclusão social.

Questão 12: Mais do que ensinar o ofício, eles aprenderam também a ter responsabilidade com o trabalho, ter disciplina e serem mais independentes.

## Entrevistado 8

Questão 1: Sim, porque eles já estão praticamente contratados, só falta alguns trâmites burocráticos.

Questão 2: Sim, eles estão preparados para trabalhar.

Questão 3: A socialização, mudança de comportamento e a motivação, eles estão muito motivados.

Questão 4: Diferença muito grande, eles se sentem capazes de fazer bem as tarefas que aprenderam.

Questão 5: Houve uma evolução muito grande. O trabalho em equipe é necessário, uma tarefa depende da outra: um escova, outro lixa, outro trincha.... Trabalhar em equipe faz parte dessa atividade, e eles respondem muito bem, se ajudam.

Questão 6: Estão sim. Estão habilitados, certificados e preparados para o trabalho.

Questão 7: No início houve um pouco de estranhamento de algumas pessoas, talvez por falta de esclarecimento. Agora o entrosamento e a adaptação estão muito bons.

Questão 8: Sim, a BCE ganhou uma equipe de higienizadores, grande quantidade de livros foram higienizados pelos aprendizes, com uma produtividade boa. O trabalho de responsabilidade social está sendo reconhecido e será apresentado no próximo congresso da APAE. Para a APAE essa parceria com a UnB é um marco da educação profissional com pessoas com deficiência intelectual e uma oportunidade para alcançar a meta referente à geração de emprego.

Questão 9: Estamos aguardando a assinatura dos contratos, na Câmara e no Senado.

Questão 10: O ambiente físico de trabalho não é adequado, sem ventilação e pouco espaço. Na minha opinião deveriam ser estabelecidos critérios para participação no Projeto; por exemplo, quem tem alergia, quem não tem muita habilidade com as mãos, etc. não deveriam ser selecionados para esse tipo de trabalho.

Questão 11: Sim. Só o ato de serem chamados para trabalhar considero como inclusão. Com a divulgação do trabalho de inclusão, a Imprensa Nacional e o Arquivo Nacional já demonstraram interesse nesse projeto, também querem realizar um nesses

mesmos moldes.

Questão 12: Todas as habilidades de gestão foram trabalhadas. Segurança no trabalho, higiene e saúde, dignidade e saúde, legislação trabalhista. Eles são preparados para ter responsabilidade, segurança e autonomia para enfrentar o primeiro emprego.

## Entrevistado 9

Questão 1: Sim. Apoiada no contrato de trabalho que está para sair.

Questão 2: Sim, totalmente habilitados.

Questão 3: Acho que houve mudança de atitude. Eles estão mais motivados, mais comunicativos, se comunicam melhor com as pessoas sem se sentir inferior.

Questão 4: Mais alegres, mais felizes.

Questão 5: Nem se compara, houve uma grande evolução, antes eram individualistas, hoje se ajudam.

Questão 6: Sim, foram bem preparados e estão conscientes do trabalho que irão fazer (higienização de livros e documentos).

Questão 7: São bem relacionados, não têm dificuldade.

Questão 8: Acredito que sim. Estão higienizando o acervo, é uma equipe de higienizadores. Para a APAE, o ganho está na própria parceria com a UnB, o que foi ótimo.

Questão 9: Estamos com perspectiva da Câmara e futuramente a biblioteca da Imprensa Nacional.

Questão 10: Espaço físico pequeno, cadeiras inadequadas.

Questão 11: Sim, com o projeto eles tomaram conhecimento de que são capazes e produtivos e querem trabalhar.

Questão 12: Aprenderam que são capazes de ter um emprego, estão seguros e confiantes.